

Anexo D - Documentos a apresentar com a candidatura

Relativos ao Beneficiário

- I. Certidão Permanente da empresa actualizada ou no acaso de Empresários em Nome Individual a Declaração de Início de Atividade;
- II. Certidão comprovativa de situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social ou autorização de consulta;
- III. Certificação PME emitida pelo IAPMEI;
- IV. Curriculum do beneficiário e respectivos comprovativos, quando aplicável;

Relativos à Candidatura (Gerais)

- V. Memória descritiva e justificativa da candidatura onde deverá constar:
 - a) Descrição do projeto com identificação dos objetivos gerais e específicos, grau de inovação e diferenciação, metodologia de intervenção, explicitação da sustentabilidade pós-projeto e mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades e igualdade de género;
 - b) Apresentação detalhada do plano de ações a realizar (tipologias, cronograma temporal), com fundamentação de despesas;
 - c) Enquadramento do projeto nas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial e na Estratégia Regional de Especialização Inteligente ou do grau de contribuição da operação para a mesma, bem como integração num Programa de Ação PROVERE, quando aplicável;
 - d) Identificação, de forma clara e objetiva, do contributo do projeto para cada um dos critérios de seleção constantes do presente AAC;
 - e) Identificação e quantificação dos indicadores de realização e de resultado.
- VI. Informação Empresarial Simplificada (IES) ou IRS do ano anterior à candidatura, se aplicável;
- VII. Documentação que permita demonstrar a viabilidade económico-financeira do projeto, designadamente Balanço previsional e Demonstração de Resultados previsional (conforme anexo);
- VIII. Ficha de verificação do cumprimento da legislação ambiental (conforme anexo);
- IX. Ficha de avaliação da integração da perspectiva da igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação (conforme anexo);

- X. Declaração de enquadramento na Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE, emitida pelo líder do consórcio, se aplicável;

Relativos à candidatura (Componente FSE)

- XI. Documentação comprovativa da situação face ao emprego dos trabalhadores a contratar, quando aplicável;
- XII. Folhas de remunerações da segurança social (ficheiros resumo e extratos detalhados) referentes aos 12 meses do ano pré-projeto (ano civil anterior ao ano da apresentação da candidatura), quando aplicável;

Relativos à candidatura (Componente FEDER)

- XIII. Mapa de investimentos a realizar (com indicação de valor total, valor base e IVA), sistematizados por anos (conforme anexo);
- XIV. Documentação comprovativa da obtenção dos licenciamentos necessários à realização do projeto, sempre que aplicável;
- XV. Documentação comprovativa de cumprimento das condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, directamente relacionadas com a natureza do investimento, quando aplicável;
- XVI. Comprovativo em como o Beneficiário pode intervir no imóvel e/ou espaço abrangido pela operação

Informação complementar obrigatória:

É da responsabilidade do Beneficiário constituir um dossiê da operação onde deverá arquivar, para além de toda a informação submetida em candidatura, os orçamentos e/ou facturas pró-forma justificativos, cadernos de encargos e/ou especificações técnicas que justificam o plano de investimentos proposto.

Os orçamentos e/ou facturas pró-forma devem conter, para além da identificação detalhada das componentes do investimento indicando as quantidades, valores unitários, modelo e especificações técnicas, também o N.º Contribuinte (fornecedor e cliente), assinatura e carimbo da entidade emissora sem rasuras e com identificação clara do imposto aplicável, bem como CAE adequado ao fornecimento dos bens e serviços incluídos no orçamento.

Em sede de análise da candidatura, a entidade gestora poderá solicitar a apresentação destes comprovativos.